



Moção de apoio

Historicamente, o Brasil sempre buscou relacionar-se mais com a Europa e com os Estados Unidos, negligenciando o diálogo com a América Latina. Porém, a aproximação latino-americana é um anseio antigo o qual nunca se concretizou.

Vale lembrar que o MERCOSUL é, antes de tudo, formado por pessoas e povos, cada um com sua trajetória histórica. Porém, apesar de representar um significativo avanço, o bloco deveria priorizar a integração dos povos, o desenvolvimento social e o fortalecimento político dos atores envolvidos, complementando, assim, seu desenvolvimento econômico.

O Brasil é considerado o país que possui maior oportunidade de diálogo com outras nações por fazer fronteira com dez países. Então, somando-se possíveis investimentos e vontade política a este cenário, desde que tirando proveito da circunstância supramencionada, pode-se elevar o país a protagonista em integração no contexto sul-americano.

Neste sentido, evidencia-se a extrema importância do ensino da Língua Espanhola nas escolas brasileiras, afinal, são sete países que fazem fronteira com o Brasil além dos outros vizinhos que falam espanhol. Ademais, é o segundo idioma mais falado no mundo e contém uma riquíssima literatura.

Sobre as fronteiras especificamente, por sua localização geográfica, transformam-se, de locais de conflitos e divisão, em locais de cooperação, diálogo e sinergia entre os países vizinhos. E, nisso, a educação surge como um agente integrador, e uma importante ferramenta de transformação social e desenvolvimento humano. Nesse sentido, vale destacar, inclusive, que o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), em parceria com o *Consejo de Educación Técnico Profesional de la Universidad del Trabajo del Uruguay* (CETP-UTU), já oferecem cursos técnicos binacionais nas fronteiras entre Brasil e Uruguai, buscando aprimorar as relações entre os dois países.

A alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, porém, por meio da Lei Federal 13.415/2017, promovida pela reforma do ensino médio, que revogou a oferta obrigatória e tirou o direito das escolas de escolherem o idioma que querem estudar, caminha no sentido contrário a essa integração.

Considerando a nova lei, passa a ser obrigatória a oferta de um único idioma, no caso o inglês, ficando, em segunda instância, o espanhol, desde que havendo espaço na grade curricular, sem consulta, porém, à comunidade. Isso é um afronte à democracia e ao direito de escolha por parte dos cidadãos.

A aplicação dessa nova regra desconsidera o investimento público realizado na formação de professores de Língua Espanhola para suprir as demandas da lei anterior, bem como rompe com os países que formam o MERCOSUL haja vista que a inclusão dessa disciplina no currículo surgiu por conta da implantação dessa política.

Por esses motivos, a Seção Sindical SINASEFE - IFSul manifesta seu total apoio ao movimento intitulado #FicaEspanhol, em defesa ao ensino do idioma.

Pelotas, 13 de junho de 2018.